

INTERVENÇÃO DA MINISTRA DA DEFESA NACIONAL NA CERIMÓNIA DE ENTREGA DE CHAVES DO CONCURSO DE ARRENDAMENTO DE CASAS DE RENDA ECONÓMICA DO IASFA - 20.3.2024

Nesta cerimónia que assinala formalmente a conclusão do 4º concurso de atribuição pelo IASFA de casas em regime de arrendamento económico, através da entrega simbólica das chaves a seis novos arrendatários, gostaria de começar por felicitar sinceramente o IASFA pela forma como tem vindo a cumprir a sua missão de apoio ao direito à habitação digna.

Felicito também todos os que agora recebem as chaves das suas casas. Desejo-lhes as maiores felicidades e que possam usufruir deste bem maior que é a casa, o centro do mundo para cada um de nós.

A questão da promoção da habitação como fator crítico de melhoria das condições de vida e de trabalho dos militares e civis da Defesa Nacional, constituiu um objetivo particularmente valorizado durante o meu mandato. Trata-se não apenas do bem-estar dos militares e das suas famílias como elemento essencial para o cumprimento da missão, mas também de considerar o acesso à habitação como um vetor relevante nos processos de recrutamento e retenção dos militares.

Foi por isso, por exemplo, que defini como orientação estratégica prioritária a alocação de verbas da Lei de Infraestruturas Militares para melhorar a habitabilidade das unidades, com particular destaque para os militares que, por força de estarem deslocados, residem nas instalações militares.

É também por isso que nos vários ramos se têm vindo a desenvolver dezenas de projetos com avultados investimentos nesse sentido.

A título de exemplo, na Marinha destacam-se projetos de melhorias nos alojamentos para militares em serviço de remodelação de meses e reconstrução de cobertas na base naval de Lisboa, em Monsanto, em Tróia, ou na escola de fuzileiros, em execução ou previstos entre 2022 e 2025. Encontra-se também em desenvolvimento o projeto "Aldeia Naval" que proporcionará cerca de uma centena de habitações T0 e T1 na base do Alfeite.

No Exército, decorrem intervenções no âmbito da melhoria das condições de habitabilidade, de trabalho e de lazer, destacando-se 17 projetos de reabilitação de casernas e alojamentos, messes de guarnição e casas do Estado em diversas unidades, em curso ou previstos entre 2023 e 2024.

Na Força Aérea estão em curso, ou projetadas, intervenções relativas a duas dezenas de projetos de beneficiação de alojamentos em diversas bases (BA1, BA4; BA11) e Montejunto), no período entre 2022-2024.

Mas hoje assinalamos o importante trabalho do IASFA na prossecução deste desígnio e no âmbito da sua insubstituível função de apoio social complementar.

Entre 2019 e 2023, foram lançados pelo Instituto quatro concursos de arrendamento de casas de renda económica, tendo sido colocadas a concurso um total de 272 habitações, com a entrega aos beneficiários de um total de 245 habitações.

Os resultados apresentados só são possíveis devido ao empenhamento e ao profissionalismo dos trabalhadores do IASFA e da sua direção, a par do desenvolvimento de instrumentos facilitadores tais como a transformação digital que, desde o primeiro concurso, possibilitou a apresentação de candidaturas *on-line* pelos beneficiários.

Mas a articulação entre a tutela e o IASFA tem também sido instrumental e decisiva para este objetivo.

Destaco em particular uma alteração legislativa relevante: a aprovação do Decreto-Lei nº 69/2022, que permitiu aumentar para 10 mil euros o valor das obras a realizar pelos arrendatários, com desconto no valor das rendas vincendas, e alargar o prazo de amortização do valor das obras de 5 anos para 10 anos, bem como a permissão de acesso aos concursos para casas carecidas de obras por parte de todos os beneficiários.

O concurso que serve de base às habitações agora entregues, com uma muito expressiva participação dos beneficiários, foi justamente o primeiro para casas carecidas de obras, até 10 mil euros, e integrou 96 habitações distribuídas pela zona metropolitana de Lisboa, incluído Lisboa, Almada, Amadora, Carcavelos, Mem Martins, Moita, Queluz e Seixal, mas, também, outras regiões do país, como Porto, Coimbra, Elvas, Évora, Leiria, Tomar, e, ainda, Ponta Delgada.

É inquestionável a dimensão social das medidas adotadas, quando, ainda, em 2022 foram também alterados os critérios de pontuação dos concursos de arrendamento, determinando-se a valorização das situações de militares deslocados e dos que se encontrem alojados em unidades militares, de beneficiários que vivam de forma permanente em situação de precariedade ou de insalubridade, bem como dos que vivam em situação de sobrelotação ou de inadequação do fogo.

Mas a articulação entre a tutela e o IASFA deve também ser relevada pelas pessoas que a protagonizam. Permitam-me que destaque o trabalho do

Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Carlos Pires, que tem tido a seu cargo esta relevante área de intervenção, e a quem manifesto publicamente o meu enorme apreço pelo profissionalismo e dedicação com que tem conduzido a sua ação. Mas também e naturalmente ao Sr. Tenente-General Fernando Serafino, e na sua pessoa os restantes membros do Conselho Diretivo e trabalhadores do IASFA, pela competência, dedicação e verdadeiro sentido de serviço público com que tem dirigido esta casa.

No momento em que termino funções enquanto Ministra da Defesa Nacional, e porque as instituições estão antes e permanecem depois de nós, quero deixar uma nota de estímulo e motivação. Estou certa de que o IASFA, uma instituição bicentenária, continuará, mais forte e consolidada, a desenvolver a nobre missão de Ação Social Complementar, apoiando os seus mais de 100 mil beneficiários, numa lógica de melhoria contínua, de proficiência e de humanidade.

Bem hajam.